



RELATÓRIO DE MONITORIA DA 1ª FASE DO DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO



1ª FASE: 06 DE OUTUBRO A 10 DE NOVEMBRO
VERSÃO: 17 DE NOVEMBRO 2025

Índice

Principais Constatções	3
• Participação e Representatividade.....	3
• Vozes Locais e Percepções Comunitárias	3
• Narrativa Mediática.....	3
• Dinâmica Digital	4
• Comunicação Oficial.....	4
• Papel da Sociedade Civil.....	4
Conclusões	4
1. Contexto e Enquadramento.....	4
1.1. Metodologia Resumida.....	6
a) Observação de Campo: Objectivos e âmbito	7
b) Monitoria Mediática.....	7
c) Monitoria Digital.....	8
d) Consolidação Nacional e Validação	9
2. Observações de Campo.....	10
2.1. Cobertura e Representatividade.....	10
2.2. Vozes e Percepções Locais.....	11
2.3. Avaliação geral das sessões.....	12
3. Narrativa Mediática	13
4. Dinâmica nas Redes Sociais	14
5. Comunicação Oficial	16
6. Conclusões e Recomendações	17
Recomendações:	18

Sumário Executivo

A Plataforma DECIDE realizou, entre 06 de Outubro e 10 de Novembro de 2025, a monitoria da 1.ª Fase do Diálogo Nacional e Inclusivo, um processo concebido para aprofundar a reconciliação, reforçar a democracia e promover a participação cidadã em Moçambique. Esta fase coincidiu com um ambiente político marcado por tensões pós-eleitorais, polarização, desafios de governação e crescente exigência social por reformas estruturais e transparência institucional.

A monitoria adoptou uma metodologia híbrida, combinando observação directa no terreno, análise mediática e monitoria digital, permitindo captar tanto a dinâmica institucional quanto as percepções públicas. No total, foram acompanhadas 17 sessões de auscultação em cinco províncias (Maputo, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula), envolvendo aproximadamente 721 participantes.

Principais Constatações

• Participação e Representatividade

A auscultação apresentou níveis diferenciados de inclusão. Sofala e Zambézia registaram maior abertura, diversidade e participação comunitária, enquanto Maputo e Nampula revelaram maior formalismo e menor espontaneidade, sobretudo em sessões com divulgação limitada ou restrições locais. Gaza manteve um ambiente estável, mas dominado por actores institucionais.

• Vozes Locais e Percepções Comunitárias

As comunidades destacaram a importância do diálogo para resolver conflitos, mas insistiram que “o diálogo deve resultar em acções concretas”. Jovens e estudantes sublinharam a persistência de desigualdades no acesso à informação e aos espaços de participação, o que limita a verdadeira inclusão.

• Narrativa Mediática

Foram analisados 17 conteúdos mediáticos. A cobertura revelou forte presença do tema, porém com predominância de narrativas institucionais. Os meios independentes demonstraram maior espírito crítico, sobretudo quanto à transparência, representatividade e ausência de auscultação aprofundada junto das comunidades.

- **Dinâmica Digital**

A monitoria digital identificou elevada participação de jovens activistas e criadores de conteúdo, com 214 publicações e 26 vídeos analisados. O sentimento predominante foi crítico, centrado na exigência de transparência, devolução clara de resultados e inclusão efectiva. As redes sociais mostraram-se um espaço de contestação, esperança e demanda por mudanças estruturais.

- **Comunicação Oficial**

Embora regular, a comunicação institucional foi considerada formal, pouco interactiva e insuficiente para responder às preocupações públicas. Persistiu a ausência de estratégias activas de engajamento digital e de aproximação às comunidades.

- **Papel da Sociedade Civil**

Um ponto crítico identificado foi a exclusão inicial da sociedade civil na fase de arranque, o que limitou a mobilização territorial, a diversidade das vozes e a percepção de legitimidade do processo. As organizações civis, sobretudo juvenis, comunitárias e de mulheres, são actores essenciais e a sua ausência repercutiu negativamente no alcance e impacto das auscultações.

Conclusões

O Diálogo Nacional Inclusivo possui elevado potencial para fortalecer a coesão social, promover consensos e apoiar reformas estruturais. Contudo, o processo só será eficaz se garantir continuidade, transparência, inclusão genuína e implementação das contribuições recolhidas. A confiança pública depende da capacidade de reconectar o processo às comunidades que dele devem ser beneficiárias, em que a reconciliação deve ser a palavra de ordem. Por outro lado, acreditamos que as 10 áreas temáticas são imensas o que poderá não permitir revisar com a qualidade desejada com vista a evitar conflitos futuros. As recomendações poderão ser lidas no documento.

1. Contexto e Enquadramento

O Diálogo Nacional Inclusivo, iniciado oficialmente em 2025, surge como resposta à necessidade urgente de aprofundar a reconciliação nacional, reforçar a democracia e consolidar a paz social em

Moçambique. Este processo nasce num contexto de tensões político-eleitorais verificadas entre Outubro de 2024 e Março de 2025, marcadas por disputas pós-eleitorais, contestação de resultados, desafios de governação e um ambiente de elevada polarização entre diferentes actores políticos. Simultaneamente, o país enfrenta exigências crescentes por parte da sociedade civil, que reclama maior participação nos processos de tomada de decisão, ampliação dos espaços cívicos e reformas estruturais que garantam estabilidade política e inclusão social.

A conjuntura nacional é ainda influenciada por diversos factores, incluindo a persistência de conflitos locais e disputas político-partidárias em vários municípios e províncias, as fragilidades na governação e na transparência das instituições, a crescente demanda por revisão e modernização dos mecanismos de administração eleitoral e a pressão pública por maior responsabilização, descentralização efectiva e melhoria da prestação de serviços. Soma-se a estes elementos uma desconfiança generalizada em relação às instituições do Estado, agravada pela circulação de desinformação e pela proliferação de narrativas polarizadoras que intensificam as tensões sociais e políticas.

O Diálogo Nacional Inclusivo envolve um conjunto plural de actores que conferem legitimidade, diversidade e profundidade ao processo. Os partidos políticos desempenham um papel central, representando diferentes correntes ideológicas e interesses sociais, e assumindo a negociação de reformas sensíveis como governação local, redistribuição de poderes e processos eleitorais. A sociedade civil organizada, composta por organizações de direitos humanos, plataformas juvenis, movimentos de mulheres e redes comunitárias, acrescenta perspectivas independentes, capacidade técnica e mobilização social. As lideranças comunitárias e tradicionais actuam como mediadoras locais, reforçando consensos sociais e a resolução comunitária de conflitos. As confissões religiosas contribuem com autoridade moral e promovem a reconciliação. O sector privado introduz preocupações sobre estabilidade económica, ambiente de negócios e responsabilidade social. A academia e especialistas fornecem análises técnicas e propostas de reforma fundamentadas, enquanto os meios de comunicação social asseguram transparência, circulação da informação e escrutínio público do processo.

Na primeira fase do processo, a missão da *Plataforma DECIDE* consistiu na realização de uma monitoria híbrida, combinando observação directa no terreno com a análise mediática e digital. Esta fase teve como principal objectivo acompanhar o arranque do Diálogo Nacional Inclusivo,

avaliando o nível de envolvimento dos actores políticos e sociais, a transparência do processo, o grau de inclusão dos diferentes segmentos da sociedade e a forma como o diálogo é comunicado ao público. A monitoria incidiu igualmente sobre a percepção da opinião pública expressa através da imprensa, redes sociais e plataformas digitais, permitindo aferir o grau de confiança, expectativas e preocupações dos cidadãos em relação ao processo.

Esta abordagem permitiu à Plataforma DECIDE produzir uma leitura abrangente do Diálogo Nacional Inclusivo, articulando a dinâmica institucional e política com as percepções da sociedade, contribuindo assim para a promoção de um processo mais participativo, transparente e orientado para resultados concretos.

1.1. Metodologia Resumida

A monitoria realizada entre 06 de Outubro e 10 de Novembro foi conduzida com recurso a uma abordagem híbrida (presencial e digital), combinando observação directa no terreno com a análise de informação pública e das percepções expressas no espaço digital. A opção por esta metodologia justifica-se por várias razões estratégicas, técnicas e operacionais.

Em primeiro lugar, o *Diálogo Nacional Inclusivo* é um processo dinâmico, que se desenvolve simultaneamente em espaços físicos (reuniões, auscultações, encontros institucionais) e no espaço mediático e digital (notícias, comunicados, redes sociais e debates públicos). Assim, a abordagem híbrida permitiu à *Plataforma DECIDE* captar, de forma integrada, tanto a realidade vivida no terreno como as narrativas, reacções e percepções da sociedade no ambiente online.

Em segundo lugar, esta metodologia possibilitou uma triangulação das fontes de dados, cruzando informações obtidas por observação directa, com conteúdos divulgados pelos órgãos de comunicação social e com os posicionamentos dos cidadãos nas redes sociais. Este procedimento reforça a credibilidade, fiabilidade e robustez dos resultados, reduzindo o risco de leituras parciais ou enviesadas do processo.

Adicionalmente, a abordagem híbrida revelou-se mais inclusiva e abrangente, permitindo alcançar públicos que, por limitações geográficas, logísticas ou sociais, não participam directamente nos encontros presenciais, mas que se manifestam activamente no espaço digital. Desta forma, foi possível integrar as vozes de diferentes segmentos da sociedade, especialmente jovens, activistas, organizações da sociedade civil e cidadãos comuns.

Por fim, a escolha desta metodologia responde igualmente a critérios de eficiência operacional, uma vez que a combinação entre monitoria presencial e digital permite otimizar recursos humanos e financeiros, garantir uma cobertura territorial mais ampla e assegurar uma recolha contínua de dados ao longo do período de observação.

Assim, a metodologia híbrida mostrou-se a mais adequada para captar a complexidade, o alcance e as múltiplas dimensões do Diálogo Nacional Inclusivo, assegurando uma análise mais completa, equilibrada e representativa da realidade observada.

a) Observação de Campo: Objectivos e âmbito

Um dos objectivos centrais desta metodologia consistiu em avaliar o andamento das sessões de auscultação presencial e recolher impressões locais sobre o nível de inclusão, liberdade e transparência observadas durante o processo.

A monitoria de campo abrangeu as províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula, seleccionadas pela sua relevância demográfica, diversidade sócio-política e representatividade regional, garantindo uma leitura equilibrada entre zonas urbanas e rurais.

A recolha de dados foi efectuada através da ficha de observação provincial, da ficha de percepção local, composta por entrevistas rápidas a participantes e observadores mas também do registo sistemático de notas de campo e narrativas contextuais, que permitiram captar o ambiente das sessões, a dinâmica participativa e as percepções comunitárias sobre o grau de abertura, escuta e transparência do processo.

Como resultado, foram acompanhadas 17 sessões de auscultação, totalizando aproximadamente 721 participantes, entre os quais representantes comunitários, líderes locais, jovens, mulheres e actores institucionais. Estes dados serviram de base para a análise qualitativa e quantitativa da inclusão e da percepção local sobre o Diálogo Nacional e Inclusivo.

b) Monitoria Mediática

A segunda componente metodológica incidiu sobre a análise mediática, cujo objectivo foi avaliar a forma como o Diálogo Nacional e Inclusivo tem sido apresentado, enquadrado e debatido nos diferentes meios de comunicação. Foram examinadas publicações provenientes de jornais e portais nacionais, bem como programas de debate e comentários televisivos ou radiofónicos,

complementados por comunicados oficiais e discursos públicos emitidos por entidades governamentais e actores da sociedade civil.

A análise seguiu critérios definidos de tematização, tom e diversidade de fontes, privilegiando a identificação dos principais temas abordados tais como reconciliação, inclusão, paz e transparência, o tom predominante e a frequência com que diferentes vozes e perspectivas foram representadas.

No total, foram analisados 17 artigos e programas publicados entre 09 de Outubro até 10 de Novembro. Verificou-se uma maior incidência de discursos oficiais e institucionais, contrastando com a escassa presença de análises independentes e de vozes provenientes das comunidades locais ou organizações cívicas.

c) Monitoria Digital

A terceira componente metodológica concentrou-se na análise das percepções públicas e das dinâmicas de debate sobre o Diálogo Nacional Inclusivo nas plataformas digitais. Esta monitoria teve como objectivo compreender de que forma o tema tem sido discutido e apropriado pelo público online, avaliando o nível de interesse, as reações, a natureza das interações e os temas que mobilizam maior atenção nas comunidades virtuais.

Para esta análise, foram monitoradas publicações, comentários e vídeos disseminados em redes como Facebook, X/Twitter, TikTok, YouTube e grupos públicos de WhatsApp, que constituem actualmente os principais canais de debate público em Moçambique. A recolha de dados incidiu sobre hashtags mais utilizadas durante o período em análise, incluindo Dialogo Nacional, Inclusivo, Moçambique, Paz, e Juventude, além de variações espontâneas criadas pelos utilizadores.

A monitoria seguiu critérios específicos relacionados ao volume de publicações, frequência de interação, alcance, sentimento predominante (apoio, crítica, desconfiança, esperança), bem como à identificação de líderes de opinião, perfis influentes e páginas com maior engajamento. A equipa analisou também a difusão de conteúdos visuais, transmissões ao vivo e debates em tempo real, que ganharam destaque sobretudo no TikTok e no Facebook, devido à forte adesão dos jovens.

Durante o período de 06 de Outubro a 10 de Novembro, foram analisadas 214 publicações, 26 vídeos e centenas de comentários. Os resultados indicam que o sentimento público foi

maioritariamente crítico, com destaque para preocupações sobre transparência, falta de devolução das decisões à população, e dúvidas quanto à verdadeira inclusão dos diferentes grupos sociais.

O ambiente digital também revelou padrões importantes:

Primeiro, observou-se a predominância de conteúdos produzidos por jovens activistas, bloggers comunitários e jornalistas independentes, que impulsionaram debates e denunciaram alegadas falhas no processo. Em contrapartida, a presença institucional foi considerada reduzida e reactiva, limitando-se muitas vezes à divulgação de informação formal, sem interação directa com críticas ou pedidos de esclarecimento.

Segundo, identificou-se uma forte circulação de vídeos curtos no TikTok, onde jovens questionam a utilidade prática do diálogo caso não haja retorno das contribuições feitas nas auscultações. Muitos dos vídeos com maior interação contêm apelos por maior transparência e responsabilização.

Terceiro, grupos públicos de WhatsApp revelaram-se espaços sensíveis, onde circularam mensagens que reflectem tanto frustração como esperança. Em vários grupos comunitários observou-se a partilha de áudios denunciando a exclusão de jovens de zonas periféricas, e comentários pedindo que o diálogo alcance também áreas rurais e distritos mais afastados.

No geral, o sentimento foi considerado misto, combinando esperança de mudança com ceticismo estrutural. A expectativa mais recorrente entre os utilizadores digitais é de que o diálogo seja “sério, inclusivo e consequente”, acompanhado de devolução clara dos resultados às comunidades. Assim, apesar das críticas, as redes sociais demonstraram reconhecer o valor do processo enquanto mecanismo de escuta pública.

Esta monitoria digital permite concluir que o tema gera forte mobilização entre os jovens, que se posicionam como actores centrais no debate público, exigindo maior transparência, participação efectiva e melhorias no processo democrático.

d) Consolidação Nacional e Validação

A etapa de consolidação nacional consistiu no cruzamento e integração das diferentes fontes de informação, observação de campo, análise mediática e monitoria digital, com o propósito de produzir uma leitura abrangente, coerente e fiável do andamento do Diálogo Nacional e Inclusivo. O processo envolveu a sistematização das fichas provinciais e dados de campo, a categorização

das publicações mediáticas e digitais em planilhas de análise, a identificação de padrões convergentes e divergentes e, por fim, a redacção de uma síntese analítica nacional. A validação foi assegurada através da triangulação entre observações presenciais e o discurso público, complementada por uma revisão interna conduzida pela equipa da Plataforma DECIDE e seus parceiros provinciais, garantindo consistência e credibilidade nas conclusões.

2. Observações de Campo

2.1. Cobertura e Representatividade

Durante o período de observação, foram realizadas 17 sessões de Auscultação presencial distribuídas por cinco Províncias Maputo, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula, envolvendo um total aproximado de 721 participantes.

Em Maputo, realizaram-se 4 sessões, com cerca de 115 participantes, caracterizadas por boa organização, mas com dinâmica predominantemente formal e reduzida espontaneidade entre os intervenientes.

Em Sofala, registaram-se 5 sessões com aproximadamente 170 participantes, destacando-se o maior grau de inclusão comunitária, forte participação de mulheres e jovens, e um ambiente de diálogo aberto e construtivo.

Na Zambézia, realizaram-se quatro sessões do processo, envolvendo um total de 240 participantes e caracterizadas por uma participação diversificada de actores locais, reflectindo um ambiente positivo e representativo nas diferentes actividades. Contudo, registou-se um défice de divulgação através das rádios comunitárias, o que limitou o alcance informativo junto das comunidades. Observou-se igualmente alguma falta de abertura por parte de certos governos distritais em facilitar o processo e disponibilizar informação pertinente, o que condicionou a recolha de dados mais abrangentes durante as sessões.

Em Nampula, foram observadas 2 sessões, que reuniram cerca de 130 participantes. A primeira, realizada no Centro Cultural da UniRovuma, registou uma forte participação em massa, com a presença de partidos políticos, estudantes universitários, docentes, jovens independentes e organizações de base comunitária. A segunda, decorrida na comunidade de Mutauanha, realizou-

se com algumas restrições e registou fraca participação, o que resultou na reduzida presença desses grupos.

Por fim, em Gaza, com 2 sessões e 66 participantes, verificou-se um ambiente institucionalizado e participativo, ainda que dominado por figuras locais e com menor representação de grupos cívicos independentes.

No conjunto, a monitoria revelou níveis diferenciados de inclusão e liberdade de expressão, sendo Sofala e Zambézia as províncias com melhor desempenho participativo, enquanto Nampula e Maputo apresentaram um desempenho mais moderado marcado por formalismo.

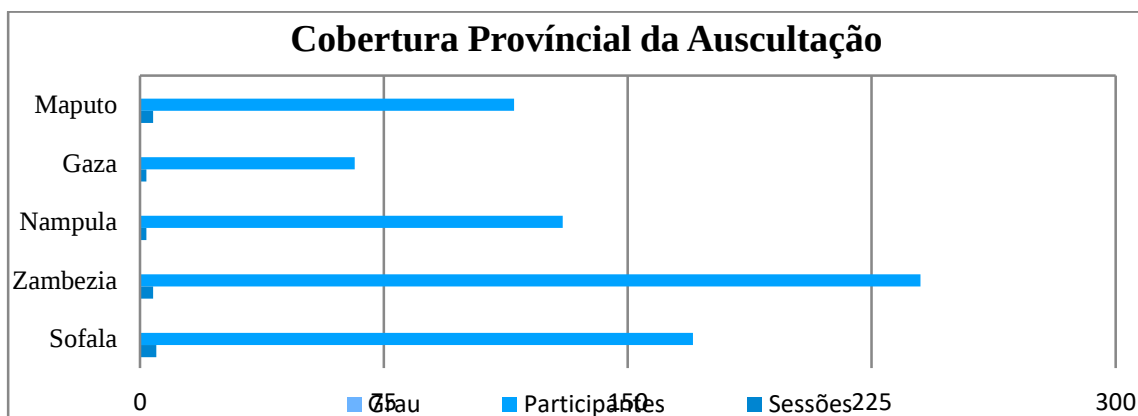


Gráfico 1: Cobertura Provincial da Auscultação

2.2. Vozes e Percepções Locais

A valorização das vozes e percepções locais, significa reconhecer que cada comunidade possui um conhecimento próprio, muitas vezes invisível nas discussões formais, mas essencial para compreender a realidade de forma completa. Essas percepções permitem identificar necessidades específicas, além disso, contribuir para a construção de soluções mais eficazes para os diversos problemas. Portanto, pela elevada relevância traz-se exemplos de algumas das vozes e percepções locais, ouvidas.

Exemplos:

- 1) “Disseram que a melhor forma de resolver ou minimizar os conflitos no país é o diálogo.”
- António Alberto, Beira-Chaimite, 22 de Setembro de 2025.

- 2) “Alteração da idade mínima para concorrer a Presidência da República de Moçambique, de forma com que a camada Jovem se sinta totalmente incluída neste processo, sendo a idade, à partir dos 30 anos de idade.” – Amélia João, Maputo- Av. 25 de Setembro, 23 de Outubro de 2025.

O diálogo aparenta ser inclusivo, contudo, os estudantes universitários salientaram que na prática muitas vozes especialmente das camadas vulneráveis continuam a não serem ouvidas, devido à limitada divulgação de informação e a desigualdade no acesso aos espaços de participação.

“Não basta dialogar, é preciso agir e implementar as contribuições da população.” Estudante da UEM

2.3. Avaliação geral das sessões

Critério	Classificação	Observações
Liberdade de expressão	Média	Existência de receio, mas, pode melhorar
Representatividade	Média	Por melhorar
Clima de segurança	Estável	De certa forma instável
Abertura à crítica	Presente	Boa abertura das pessoas

Os dados abaixo ilustram a percepção geral dos participantes em relação aos principais critérios de avaliação das sessões.

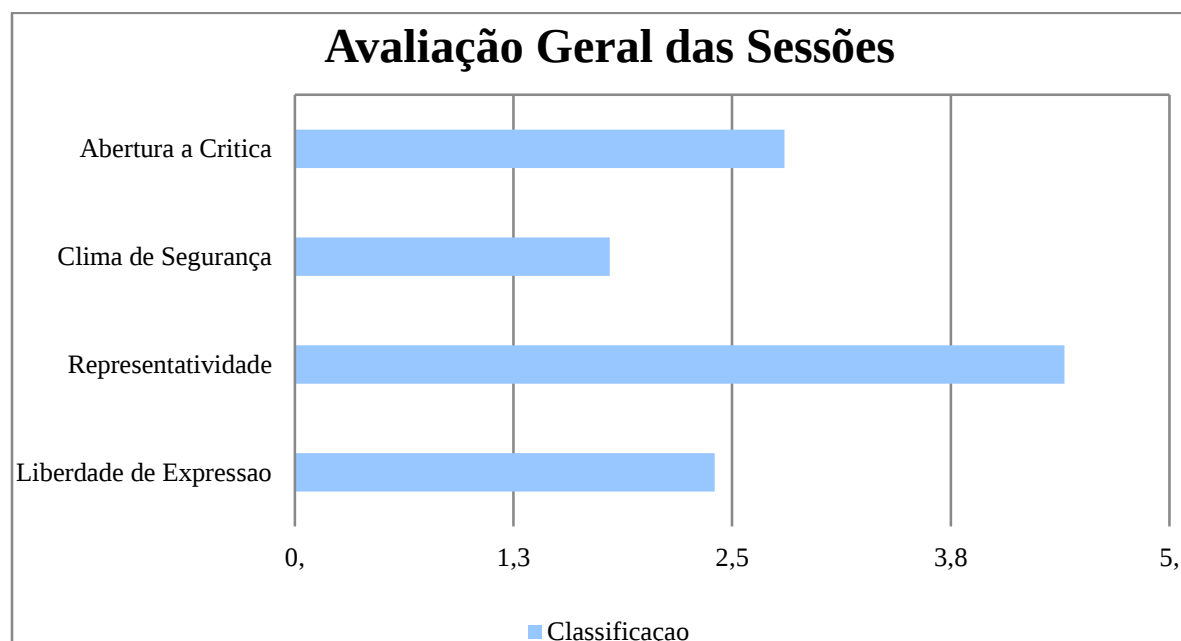


Gráfico 2: Nível de inclusão e Liberdade nas sessões

3. Narrativa Mediática

A componente de monitoria mediática teve como objectivo analisar como o Diálogo Nacional e Inclusivo tem sido narrado e enquadrado pelos meios de comunicação social, avaliando a coerência das mensagens, o equilíbrio das fontes e o grau de diversidade na cobertura.

De modo geral, observou-se uma forte presença do tema nos meios de comunicação social, mas com abordagens distintas entre órgãos estatais e independentes. Os temas recorrentes nas notícias e reportagens centraram-se na reconciliação nacional, na legitimidade política do processo, na inclusão social e regional, bem como nas tensões e divergências partidárias emergentes durante as fases de auscultação.

O tom predominante das publicações analisadas revelou-se maioritariamente neutro nas fontes oficiais, com linguagem formal, cobertura protocolar e destaque para intervenções de figuras institucionais. Nos meios independentes, porém, verificou-se uma postura mais crítica e

interpretativa, trazendo à tona preocupações sobre transparência, representatividade e resultados concretos das consultas públicas.

Apesar da presença regular do tema, constatou-se ausência de reportagens investigativas que explorassem a metodologia das auscultações ou o impacto real junto das comunidades. A maioria das matérias limitou-se à reprodução de comunicados e discursos oficiais, sem acompanhamento de campo nem auscultação de vozes locais.

A cobertura mediática tende a reproduzir as falas oficiais, com pouca referência a vozes independentes. Apenas dois dos dezassete artigos analisados abordaram preocupações sobre a transparência da auscultação.

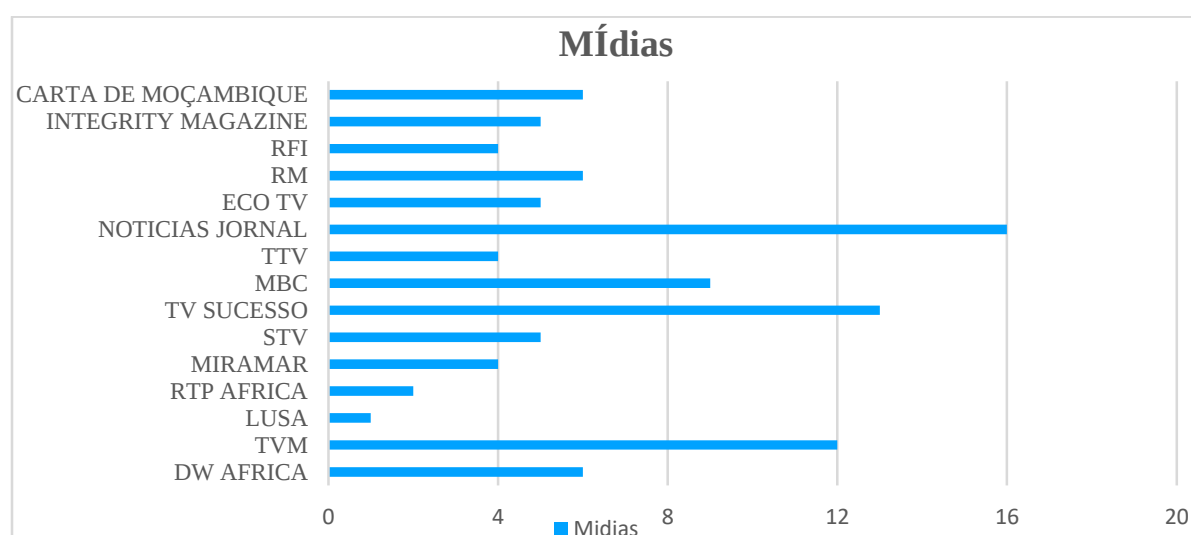


Gráfico 3: Nível de Presença dos Mídias

4. Dinâmica nas Redes Sociais

A análise digital procurou compreender as percepções predominantes e as tendências de debate sobre o Diálogo Nacional e Inclusivo nas principais plataformas online, identificando padrões de engajamento, sentimento público e temas mais recorrentes.

Nas redes sociais, observou-se um volume expressivo de interações em torno das hashtags Dialogo Nacional, Inclusivo, Paz, Juventude e Reconciliação que se destacaram como marcadores das discussões mais relevantes. O conteúdo predominante apresentou um perfil crítico (45%),

seguido de publicações neutras (30%) e mobilizadoras (25%), muitas vezes promovidas por jovens activistas, jornalistas e organizações da sociedade civil.

O sentimento geral captado nas plataformas revelou uma combinação de ceticismo e desejo de mudança, traduzindo-se numa percepção mista: por um lado, reconhecimento da importância do diálogo como mecanismo de reconciliação; por outro, desconfiança quanto à transparência, inclusão e devolução dos resultados à população.

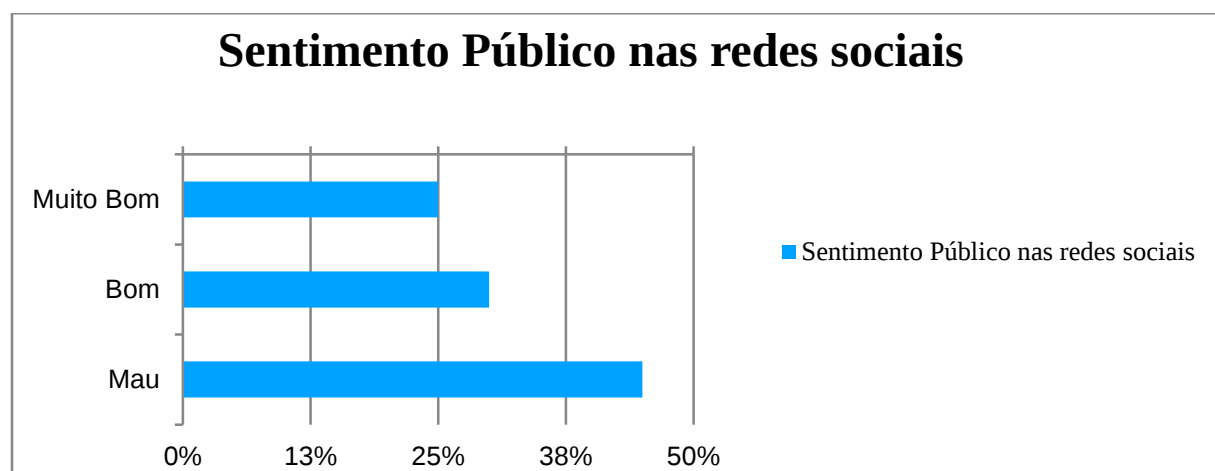


Gráfico 4: Distribuição do sentimento público nas redes sociais (Muito bom / Bom / Mau)

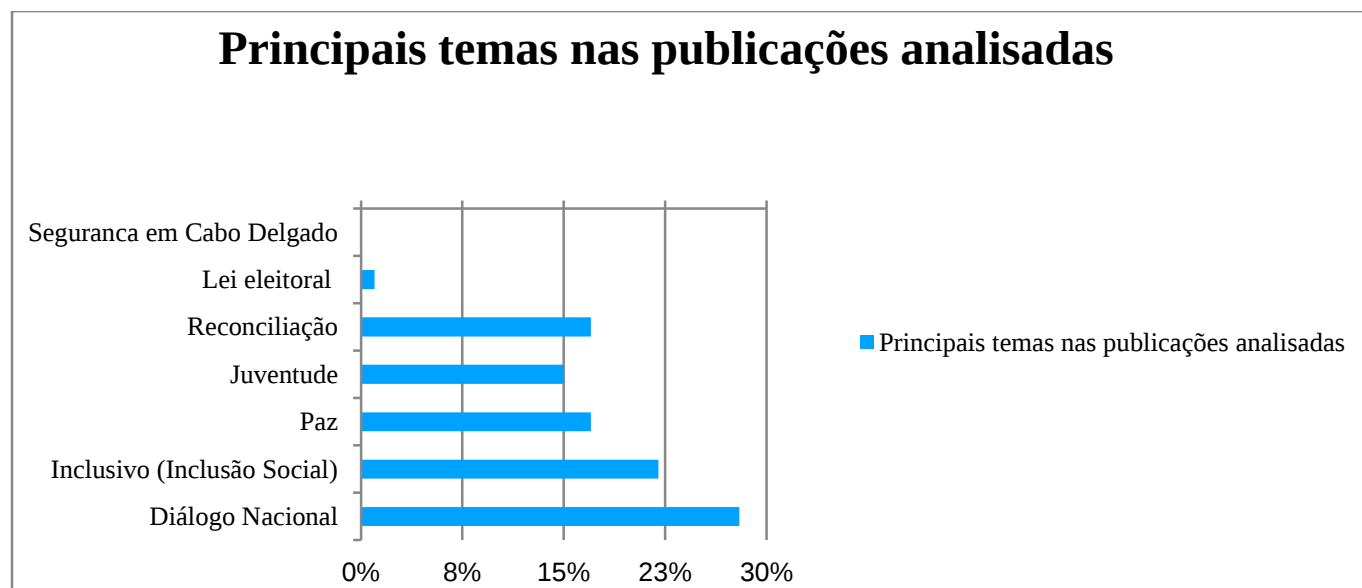


Gráfico 5: Principais temas nas publicações analisadas

As discussões digitais revelam um misto de frustração e desejo de mudança. Frases como ‘Falamos por nós, mas não nos ouvem’ foram repetidas em várias plataformas, sinalizando um déficit de confiança institucional.

No geral, as redes sociais configuram-se como um espaço de expressão e contestação, onde predomina o discurso cidadão e o questionamento crítico, contrastando com o tom mais formal e controlado da comunicação institucional. Este cenário reforça a necessidade de maior presença activa das instituições nas plataformas digitais, com mensagens claras, linguagem acessível e interação directa com o público, de modo a reduzir distâncias e reconstruir a confiança.

5. Comunicação Oficial

A monitoria da comunicação oficial avaliou o volume, consistência e natureza das publicações institucionais durante o período analisado. Observou-se maior frequência de comunicados nas primeiras e últimas semanas do processo. As publicações enfatizaram anúncios de sessões, mensagens de paz e reconciliação, bem como sínteses protocolares de actividades.

Apesar da presença regular, o tom manteve-se predominantemente formal e pouco interactivo, com limitada resposta às preocupações levantadas pelo público online. As principais temáticas abordadas foram reconciliação, desenvolvimento comunitário, inclusão social e democracia participativa. Constatou-se a necessidade de uma estratégia de comunicação mais dinâmica, transparente e orientada ao diálogo.

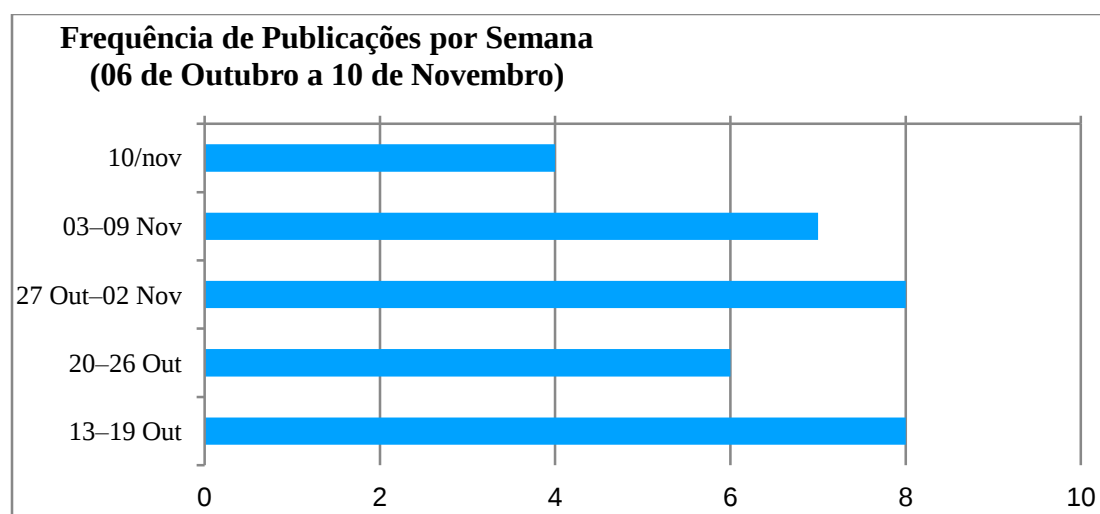


Gráfico 6: – Frequência de publicações oficiais por semana

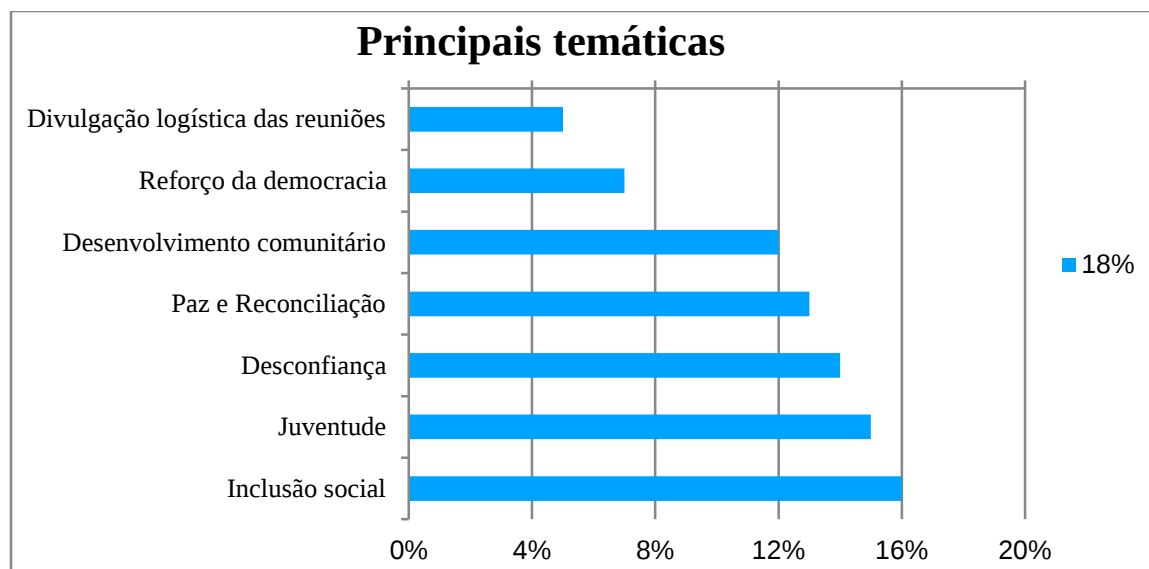


Gráfico 7: percentagem relativa das principais temáticas

6. Conclusões e Recomendações

O Diálogo Nacional Inclusivo representa uma oportunidade fundamental para fortalecer a coesão social e promover soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pelo país. Ao reunir diferentes segmentos da sociedade desde líderes comunitários, organizações da sociedade civil, partidos políticos, juventude, sector privado e grupos tradicionalmente marginalizados o diálogo cria um espaço legítimo para a construção colectiva de propostas e consensos. A natureza inclusiva deste processo contribui não apenas para a pacificação social, mas também para o reforço da confiança entre cidadãos e instituições do Estado.

No entanto, a eficácia do Diálogo Nacional Inclusivo depende da continuidade, da transparência e do compromisso real das partes envolvidas em transformar as contribuições recolhidas em acções concretas.

Um ponto crítico identificado ao longo da monitoria diz respeito à não inclusão da sociedade civil desde o início do processo, o que resultou num afastamento visível deste grupo. A ausência inicial de organizações cívicas, movimentos juvenis, redes de mulheres, activistas e estruturas comunitárias sonantes no meio da população, reduziu a capacidade de mobilização local e limitou o alcance das auscultações em várias províncias. Este afastamento inicial teve implicações directas na participação, na diversidade das vozes presentes e na percepção pública do processo, já que os

principais dinamizadores sociais tradicionalmente responsáveis por aproximar as comunidades dos processos de consulta sentiram que não foram chamados a intervir na fase decisiva de arranque.

Actualmente, é evidente que fazem falta exactamente os actores que garantem legitimidade social, mobilização territorial e capacidade de mediação comunitária. Sem a sua participação estruturada desde o princípio, parte da sociedade sentiu-se excluída ou pouco representada, reforçando o ceticismo e reduzindo o sentimento de pertença ao processo. Este cenário destaca a necessidade urgente de garantir que, nas próximas fases, a sociedade civil seja envolvida de forma plena, estratégica e transparente, contribuindo para ampliar o alcance territorial, aprofundar a inclusão e fortalecer a legitimidade do Diálogo Nacional Inclusivo.

Recomendações:

1. Integrar as conclusões do Diálogo nas políticas públicas, as decisões e propostas resultantes do Diálogo Nacional Inclusivo devem ser incorporadas nos planos governamentais e acompanhadas de indicadores claros de impacto.
2. Mobilizar Recursos Adequados, disponibilizar financiamento estável para garantir que o diálogo seja contínuo, abrangente e acessível, incluindo logística, facilitação e documentação.
3. Promover capacitação e educação cívica, investir em programas de formação para líderes comunitários e cidadãos sobre diálogo, mediação e resolução pacífica de conflitos.
4. Inclusão através de convites directos as organizações juvenis, organizações informais, de deficientes e as demais organizações.
5. Comunicação mais realística a partir de rádios comunitárias e espaços publicitários.
6. Estender o tempo da auscultação popular que iria até 15 de Dezembro para entrega das contribuições, pelo menos até finais de Janeiro, para permitir uma maior participação das organizações e, também poderá haver um chamado directo as mesmas organizações para que possam participar.

Autores: José Sixpence e Shirley Ricardo

Revisor: Wilker Dias

Apoio: CFLI

Colaboração: Fundação Bloco 4

@DECIDETEAM2025